

É da Sua Conta #46 – Como extrair minérios sem extrair vidas

Abertura + Sobe BG	
Grazielle David	Oi, boas vindas ao É da sua conta, o podcast mensal sobre como consertar a economia para que ela funcione para todas as pessoas. Eu sou a Grazielle David.
Daniela Stefano	E eu a Daniela Stefano. O É da sua conta é uma produção da Tax Justice Network, Rede Internacional de Justiça Fiscal. Você encontra a descrição completa e pode ouvir os episódios anteriores em www.edasuaconta.com e nos mais populares tocadores de áudio digital.
Grazi	É possível extrair minérios sem extrair vidas? Sim, e passa pelo cumprimento das regulações do setor mineral, inclusive pela tributação. Este é o tema do episódio #46 do É da sua Conta.
SOBE BG som de água	
Mulher	A gente não sabe pescar. Eu tenho 31 anos e se me der uma linha, um caniço, alguma coisa pra pescar eu não sei pescar. Eu não sei plantar, eu não sei caçar. A gente não tem território. porque essa empresa tomou tudo isso de nós.
Dani	Infelizmente são numerosos os desastres ambientais e milhares de pessoas são afetadas pela mineração todos os anos no mundo todo. A mineração é uma atividade econômica que se beneficia de uma matéria prima que é retirada da terra. Acontece que os minérios são finitos e uma vez retirados da terra, o que resta é a contaminação da área e seu entorno, que antes eram utilizados por populações que viviam da terra e dos rios.
Grazi	Além disso, na maioria das constituições do mundo, tudo que está no subsolo de um país, pertence ao povo daquela nação. Assim, quando ocorre a decisão de extração de minérios, ela deve gerar retorno ao povo.
Dani	Deveria, mas não gera, né Grazi! As empresas de mineração são as que menos contribuem com impostos e o setor que extrai combustíveis fósseis é o que mais recebe subsídios governamentais.
Grazi	Essas características fazem com que a regulação e a fiscalização da mineração por parte do Estado seja ainda mais fundamental para preservar a vida das pessoas e da natureza. E são necessárias diversas regulações: ambientais, sociais, culturais e

	<p>econômicas – e o que interessa pra gente no É da Sua Conta, são as regulações tributárias, que podem contribuir para deixar a mineração mais justa para as populações e o meio ambiente.</p>
<p>Manifestações first earth day</p>	
<p>Grazi</p>	<p>22 de abril de 1970. Nesta data, 20 milhões de estadunidenses saíram às ruas de diversas cidades nos Estados Unidos para protestar contra os impactos de 150 anos de desenvolvimento industrial. Era o primeiro Dia da Terra.</p> <p>Grupos que lutavam individualmente contra derramamentos de óleo, fábricas poluidoras e usinas elétricas, esgoto sem tratamento, lixões tóxicos, pesticidas, rodovias, desmatamentos e a extinção da vida animal se uniram pela primeira vez no Dia da Terra de acordo com o site Earthday.org.</p>
<p>Discurso first earth day</p>	
<p>Giliad de Souza Silva</p>	<p>Então você teve Estados Unidos com muita pressão ambiental, os países europeus com muita pressão ambiental, e daí passaram a surgir lá várias legislações onde as questões ambientais passaram também a entrar para as empresas como custo.</p>
<p>Dani</p>	<p>Este é o Giliad de Souza Silva, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Unifesspa, campus Marabá.</p>
<p>Grazi</p>	<p>Mas além das fortes pressões sociais, os anos 1970 foram também de crise profunda da mineração devido ao aumento do valor do barril do petróleo.</p> <p>A partir daí, as grandes multinacionais do setor de mineração passaram a se direcionar para as jazidas de classe mundial localizadas em países como o Brasil, a África do Sul e Angola.</p>
<p>Giliad</p>	<p>Então é aí, por exemplo, que a Amazônia se torna um dos grandes centros da mineração de minério de ferro no mundo.</p>
<p>Dani</p>	<p>Quando a mineração ganhou força no Brasil, não existia praticamente nenhuma regulação. Mas, com mobilização e pressão social, as coisas começaram a mudar.</p>
<p>Giliad</p>	<p>A civilidade na mineração brasileira é muito baixa, mas esse baixo ainda assim só existiu por causa das pressões, dentre eles a necessidade de você ter um plano básico ambiental, antes de iniciar qualquer tipo de empreendimento de grande porte. E nesse plano básico ambiental, você basicamente tem que dizer o seguinte: quais são os riscos ambientais? Quais são os riscos sociais? Ou seja, tem que conseguir apontar e mensurar.</p> <p>E junto com o plano básico ambiental, você também tem que ter um</p>

	<p>relatório ambiental, na ideia de você apontar como você vai dirimir esses riscos. Ou seja, a ideia que o que foi criado no Brasil em consonância com outros países do mundo é que os empreendimentos tivessem uma perspectiva do risco ambiental e social.</p> <p>Social por quê? Por causa do componente indígena, componente quilombola, mas sobretudo o componente indígena, como parte também ainda da componente ribeirinho, enfim, componente de populações tradicionais.</p>
Grazi	<p>Infelizmente é muito comum que povos indígenas e comunidades tradicionais que são diretamente afetadas pelos empreendimentos minerários fiquem de fora das decisões sobre estes relatórios ambientais, que acabam se tornando irrealis por não considerarem os impactos reais.</p> <p>Ou seja, ainda existe um longo caminho para avançar numa regulação ambiental e social que sejam realmente efetivas.</p> <p>Até 2017 existia o Departamento Nacional de Produção Mineral, que foi substituído pela Agência Nacional de Mineração. Giliad, como o setor vem sendo regulado após essas modificações?</p>
Giliad	<p>Nessa virada não só não teve um fortalecimento dessa nova agência, como se teve um esvaziamento. Então, essa agência, por exemplo, é uma agência que tem baixa capacidade de fazer qualquer tipo de regulação efetiva. E aí fica muito a cargo de outros setores do mundo jurídico, tipo o Ministério Público, acompanhar.</p>
Som de água; rio passando	
Mulher	<p>Nós bebemos um copo de água: ou ele está com chumbo, que é aquela água branca, ou ele está com caulim, que é aquela água mais branca igual um leite, ou ele tá com soda cáustica, que é vermelho igual um suco de goiaba. Nós só temos o direito a isso. Se nós vamos pescar um peixe não tem mais, o rio Murucupi tá morto</p>
Dani	<p>Esta mulher e outras pessoas que você vai ouvir nesse episódio foram afetadas pela cadeia de alumínio no Pará.</p> <p>Estes áudios fazem parte do podcast Raízes e Fronteiras, que produzi em 2021, com entrevistas de Thais Borges para a Universidade de Strathclyde e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.</p> <p>Os nomes destas pessoas são preservados para que não sofram nenhum tipo de ameaça.</p>
Grazi	<p>As regulações ambientais, culturais, sociais e econômicas existem, embora ainda não sejam efetivas.</p>

	<p>E os acordos da tributação da mineração no mundo são complexos, bem específicos e pouco transparentes, explica a Rachel Etter-Phoya, pesquisadora da Tax Justice Network.</p>
Rachel Etter-Phoya	<p>As mineradoras e os governos têm negociado contratos de mineração separados, com uma série de acordos sobre os mais diversos tópicos relacionados a um projeto de mineração, incluindo o regime tributário.</p> <p>E o que a gente tem visto é que o regime tributário para o setor tende a ser diferente do que está codificado na lei tributária ou mesmo na lei de mineração. Muitas vezes, incentivos fiscais são concedidos nesses contratos.</p> <p>Como resultado da opacidade nas negociações e também da assimetrias de informações e na capacidade de negociação de contratos, governos e cidadãos, especialmente, na África e na América Latina, não conseguiram obter uma parte justa ou um acordo justo na tributação dos minerais.</p>
Dani	<p>Esta é também a experiência na região amazônica, como Giliad da Souza Silva explica:</p>
Giliad	<p>Diversos estudos apontam que esse setor é o setor mais subtributado que o Brasil tem. Você tem, por exemplo, a isenção do imposto de renda pra pessoa jurídica, você tem as isenções de imposto para exportação, 99% da produção de minério de ferro da amazônia, que é quase tudo no Pará, é exportado. É isento de ICMS e é isento de pagar imposto do imposto de renda.</p>
Grazi	<p>E mesmo com tantas isenções, não só no Brasil, mas também em Moçambique e em outras partes do mundo, as mineradoras querem contribuir ainda menos com os poucos impostos que ainda têm que pagar.</p> <p>Rachel, como as multinacionais da mineração fazem para fugir da tributação?</p>
Rachel	<p>O setor de mineração, na maioria das economias, tende a ser dominado por empresas multinacionais, que, em geral estão sediadas fora do país onde estão as minas, mas com subsidiárias espalhadas por todo o mundo, inclusive no país onde estão minerando.</p> <p>Como resultado, há espaço para as empresas transferirem seus lucros dos países onde estão extraindo os recursos para subsidiárias em países que têm taxas de impostos muito mais baixas, ou seja, para paraísos fiscais. Com isso, as empresas nem sempre pagam sua parcela justa de impostos no país onde estão extraindo os minérios.</p>
Dani	<p>Os abusos fiscais das mineradoras também impactam a vida das pessoas.</p> <p>A Rachel mora no Malawi, que faz fronteira com Moçambique a</p>

	<p>leste e ao sul. Lá, enquanto o governo enfrenta dificuldades para mobilizar recursos para políticas públicas, as multinacionais do setor se beneficiam e lucram cada vez mais.</p>
Rachel	<p>Aqui no Malawi gostamos de falar que os minerais não são como milho ou mangas, porque não voltam a crescer. E é por isso que temos apenas uma chance de acertar os sistemas; uma vez extraídos, os minerais desaparecem para sempre.</p> <p>Portanto, não coletar uma parcela justa de impostos tem impactos para a geração atual, mas também para as gerações futuras, porque significa que o governo não tem receita suficiente ou gerada de maneira adequada por meio desses projetos de mineração, que deveriam usar para gastar em serviços públicos, em infraestrutura com que essas mesmas mineradoras poderiam contar.</p> <p>Também significa que enfraquece o efeito redistributivo do imposto, que é a capacidade do imposto de lidar com a desigualdade em uma nação.</p>
Som de água	
home	<p>O povo está doente: dor no estômago, diarreia, câncer, tudo quanto é droga dessa água prejudica a gente</p>
Som de água	
Dani	<p>Um exemplo bem prático da importância da justiça fiscal: 3.250.</p> <p>Essa é a quantidade de ambulâncias que poderiam ser compradas pelo município de Parauapebas, no estado do Pará, na região amazônica, apenas se a Vale não desviasse lucros para paraísos fiscais e pagasse o que deve em Compensação Financeira pela Exploração Mineral, a CFEM</p> <p>Esse exemplo deve constar de um estudo que será lançado em março de 2023 no site da associação Justiça nos Trilhos.</p>
Grazi	<p>Esta pesquisa, da Universidade Federal de Viçosa, em parceria com outras organizações que lutam por justiça às populações afetadas pela mineração, analisou os pagamentos deste tributo apenas relacionado ao minério de ferro pela Vale.</p> <p>Mas antes de avançar no estudo, o professor Giliad explica o que é a CFEM:</p>
Giliad	<p>É um royalty que, em tese, é para ser uma compensação financeira pelo Estado não minerar e por passar esse direito de mineração a outrem, a um terceiro e que, em tese, deveria colaborar para poder fortalecer a migração da atividade econômica desse território para uma ou para outras atividades econômicas, ou seja, no sentido de fazer com que esse território já se precavessem quando a mineração deixasse de ser uma atividade recorrente, ou porque venha a ocorrer a exaustão da mina, ou porque aquele tipo de minério não é mais tecnologicamente útil.</p>

Dani	<p>Voltando ao estudo da Universidade Federal de Viçosa: ele foi elaborado nos últimos dois anos e se refere apenas ao cruzamento dos dados de pagamento de CFEM com os dados de subfaturamento de minérios de ferro extraídos unicamente pela VALE por um período de 10 anos, até 2020.</p> <p>Ou seja, dinheiro que a Vale com sede no Brasil enviou pra própria Vale sediada num paraíso fiscal através de vendas para si mesma por um valor menor do que o valor que vendeu para o cliente final, em um terceiro país. Estamos falando do preço de transferência.</p> <p>O Tádzio Coelho é o coordenador deste estudo e nos traz o montante de recursos que o Brasil perdeu de CFEM nestas transações da Vale.</p>
Tadzio Coelho	<p>Pela Vale, houve um sub faturamento de CFEM de 1,8 bilhão de reais, o que vai dar, em dólares, 352 milhões de dólares. Mas a gente tem também as perdas que foram causadas à União, ao Estado do Pará, ao Estado de Minas Gerais e aos municípios das prefeituras onde a Vale mantém algum tipo de atividade mineradora referente à extração de minério de ferro. A Vale, também tem empresas controladas e joint ventures também. A gente não considerou essas empresas.</p>
Grazi	<p>Ou seja, o valor que a empresa desvia para paraísos fiscais pode ser ainda maior.</p> <p>E por que a pesquisa foca na Vale?</p>
Tádzio	<p>A Vale hoje já chegou a um ponto na qual ela é uma multinacional que tem sede no Brasil, porque a Vale passou por algumas transformações nos últimos anos e que fizeram com que ela atingisse um perfil muito parecido com o dessas grandes multinacionais, porque até 2017 o governo federal ainda mantinha um certo controle da Vale, por meio de uma série de ações, o perfil acionário da Vale era mais diversificado, digamos assim, e hoje ela está praticamente toda já na mão do capital privado, principalmente dos fundos de investimento internacionais.</p>
Som de água	
Mulher 2	<p>O governo do estado assinou a nossa sentença de morte quando bota milhares de empresas, chama de desenvolvimento, mas eu tô aqui sem nem um remédio pra tirar o meu metal.</p>
Som de água	
Dani	<p>E enquanto a população é afetada pela mineração, a Vale deixou de pagar cerca de 352 milhões de dólares em CFEM em 10 anos.</p> <p>Tadzio, qual o perfil social das regiões onde há mineração no Brasil?</p>

Tadzio	<p>São municípios em geral, com graves problemas nos serviços de saúde não são tão amplos, não são tão diversificados, de qualidade, são também municípios que têm um perfil muito desigual.</p> <p>A mineração tende a concentrar renda, ela tem alguns poucos postos de trabalho no qual até uma remuneração maior e mantém essa estrutura produtiva muito empobrecida. Então tem uma concentração de renda.</p>
Grazi	Tadzio, você pode dar um exemplo prático do que seria possível fazer com estes valores desviados da população?
Tadzio	É um cálculo rápido que a gente pode fazer, que é pegar o valor que a prefeitura de Parauapebas, no Pará, 617 milhões de reais, o que em dólares dá 118 milhões de dólares. E pensar quantas ambulâncias poderiam ter sido compradas com esse valor. E a gente chega ao número de 3.250 ambulâncias.
homem	O nosso povo está sendo envenenado e está morrendo por um genocídio silencioso e legalizado
Tádzio	Mariana que vem sofrendo com os efeitos da tragédia do rompimento da barragem de Fundão, e Brumadinho, sofrendo com os efeitos do rompimento da barragem B1. Todas essas barragens são de propriedade da Vale. No caso de Mariana, da Samarco, na época do rompimento era uma joint venture da Vale, junto com a BHP Billiton, então é um recurso que poderia ser aplicado na atenuação desses danos.
Dani	Você ilustrou com dois exemplos gravíssimos de rompimento de barragens e disse também que um recurso que poderia ser aplicado pra atenuar esses danos. Então os poucos recursos disponíveis só servem para isso, Tádzio. Qual seria o papel desses recursos
Tádzio 7 -	O correto seria que esses recursos fossem aplicados para melhoria da qualidade de vida das pessoas, para melhorar a situação social e econômica.
Grazi	<p>Ao que os dados mostram, o lucro fica com os acionistas da Vale e o prejuízo com as populações e o meio ambiente.</p> <p>Quais são as principais iniciativas apontadas pelo estudo para que os benefícios financeiros da mineração cheguem também aos municípios e as populações?</p>
Tadzio	<p>Uma solução, Acho que a principal seria a criação, formulação de conselhos populares de mineração, na qual esses conselhos seriam ocupados por atingidos pela atividade, movimentos sociais, universidades, etc. que pudessem fazer o monitoramento do pagamento dessas taxas, inclusive da CFEM.</p> <p>Claro que não ficaria restrito à questão dos tributos, impostos e taxas; deveria também contemplar questões como barragem de rejeito, aprovação ou não de projetos de mineração e outros assuntos referentes à mineração.</p>

Dani	<p>O Tadzio comentou também que a Receita Federal, o Ministério Público e à própria União já argumentam há algum tempo que o momento do cálculo do imposto deveria ser quando a empresa mineradora vende para o mercado final, exatamente para evitar o mecanismo dos preços de transferência.</p> <p>E sobre o papel dos Conselhos Populares, o estudo sugere que eles auxiliem no controle, para evitar abusos na hora de a Vale vender ferro para a própria Vale, por exemplo:</p>
Tadzio	<p>Se uma tonelada do minério de ferro geral tem saída a 100 dólares, vamos dizer, por exemplo, uma hipótese, de repente a Vale vende a 30 dólares, como o conselho já vai ter o hábito de analisar os preços das vendas, saber qual é a média do mercado inclusive, vai enxergar que tem algum problema quando vende muito abaixo do preço do mercado, é uma coisa meio óbvio. Então, o Conselho poderia acompanhar as vendas da empresa dessa maneira, tornando mais justa a distribuição de recursos, a arrecadação, a taxaço.</p>
Grazi	<p>A pesquisa coordenada pelo Tádzio foi desenvolvida pelo grupo de pesquisa Minas, da Universidade Federal de Viçosa em parceria com a “Rede Igrejas e Mineração” e a Justiça nos Trilhos, além de organizações da África do Sul e das Filipinas.</p> <p>Se você quiser ler os resultados, o estudo vai estar disponível ainda neste mês de março de 2023 no site da Justiça nos Trilhos.</p> <p>E assim que o estudo estiver pronto, divulgamos o link também no facebook e twitter e_dasuaconta.</p>
SOBE BG	
Dani	<p>A Vale também operou por 15 anos em Moçambique. Em 2022, vendeu a mina de carvão Moatize, na província de Tete, por 270 milhões de dólares para a Vulcan, que é uma empresa de um grupo indiano que já atuava no país.</p> <p>A Inocência Mapisse, economista especializada em tributação e no setor da extração de minérios avalia a saída da Vale do país.</p>
Inocência	<p>Acredita-se que a Vale tenha arrecadado receitas que lhe permitiram realizar algum tipo de poupança. E nesse mesmo aspecto eu posso dizer que o país abdicou de algo, abdicou de receitas. Quando alguém abdica de alguma coisa espera que tenha alguma recompensa no período seguinte. Este benefício, se olharmos para a Vale, não foi sentido porque na altura em que a Vale resolveu se desligar do projeto ela estava na fase de terminar o prazo dos benefícios concedidos pelo governo moçambicano.</p>
Grazi	<p>E é bom lembrar que a Vale estava em Moçambique exatamente por ter um solo rico em carvão; é o mineral que atrai as grandes multinacionais da mineração para um país.</p> <p>Entretanto, assim como outras empresas extrativistas que atuam em</p>

	Moçambique, a Vale explorou essa mina de carvão e recebeu muitos benefícios fiscais, ou seja, o governo a desobrigou de pagar muitos impostos. São as isenções fiscais.
Dani	<p>A Inocência é co-autora de uma análise do Centro de Integridade Pública, o CIP, exatamente sobre estes benefícios fiscais recebidos pela Vale.</p> <p>De acordo com o estudo, de 2011 a 2019, o país perdeu cerca de 74 milhões de dólares só no projeto da Vale.</p>
Inocência	Se nós formos já fazer uma análise comparativa, este valor seria suficiente para investir num dos setores que mais sofreu muito recentemente com a questão da covid-19, poderia ter sido usado por exemplo pra compra de ventiladores e apetrechar as unidades sanitárias, poderia ser usado para financiar infraestruturas resilientes à desastres naturais, que o país tem estado a ser vítima de desastres naturais nos últimos anos, poderia ser suficiente para financiar o setor de educação, que é um dos setores que não só foi fustigado pela questão da covid-19, mas também um setor que já vinha fragilizado muito antes disso.
Grazi	Por ser não renovável, após um tempo de atividade a mina de carvão se esgota. Então ainda que a Vulcan possa operar por mais uns anos, chegará um tempo em que não será mais possível extrair este mineral utilizado como combustível fóssil.
Inocência	Geralmente as infraestruturas criadas para operar no próprio projeto vão se danificando. Em muitos países eu tenho visto um determinado campo de mineração que é transformado em parque de diversão porque simplesmente aquele material já não é útil.
Dani	E o que a Vale então deixou para Moçambique?
Inocência	A Vale deixou enormes covas a nível de província de Tete, deixou um impacto ambiental do projeto muito elevado negativamente. Tem que ser compensado? Sim. Tem que ser compensado, existe instrumentos pra esta compensação? Também existe. Tanto a nível de contrato quanto com relação à legislação.
Grazi	E com relação a outras multinacionais da mineração que seguem no país como a Vulcan: o que precisa ser feito para que a tributação do setor possa beneficiar a população?
Inocência	<p>Se não houver fiscalização, se não houver pressão da parte do estado para garantir a entrada da receita dos cofres do estado, nada será feito.</p> <p>Então a fiscalização, a monitoria, o controle são fundamentais e são fundamentais em todas as fases, desde a fase da descoberta, a fase da produção, a fase da exportação, portanto em todas as fases tem que se garantir a presença do estado e que haja monitoria nessas atividades.</p>

Dani	<p>Os preços de transferência, aqueles referentes as vendas da produção de uma empresa para uma sede dela mesma, mas em um país onde pague menos imposto, é o problema mais difícil de ser monitorado também em Moçambique.</p> <p>Mas até mesmo uma simples fiscalização de quanto uma empresa extrativista produz pode despender de recursos que o Estado não disponibiliza:</p>
Inocência	<p>A maior parte dos projetos de mineração estão distantes das cidades, Estando distante e com difícil acesso, por exemplo, estradas que não estão em condições, algumas vezes tem que se ir de barco porque é alto mar. Estando distante da cidade é difícil chegar a estes pontos.</p> <p>Então uma das dificuldades pode ser a falta de recursos por parte do governo pra aceder a estes mesmos projetos e realizar esta fiscalização e monitoria.</p>
SOBE BG	
Grazi	<p>O subfaturamento é o problema mais recorrente na mineração no mundo inteiro. No Brasil, diversas Comissões Parlamentares de Inquérito - CPI investigam o subfaturamento no setor, incluindo investigações específicas sobre a Vale e em Parauapebas no Pará.</p> <p>Giliad, qual a expectativa da população do município com relação às CPIs para apurar o abuso fiscal do setor da mineração?</p>
Giliad	<p>Por exemplo, esses dois municípios que são os mais arrecadadores do Brasil, Parauapebas e Canaã dos Carajás.</p> <p>A maior parte dos domicílios não acessa a água encanada, por exemplo. A maior parte dos domicílios não tem esgotamento sanitário e a maior parte mesmo, sabe, é uma parte gigantesca dos domicílios que não acessa água encanada, etc.</p> <p>Então a gente gostaria que o debate da CFEM acabasse sendo mais para pensar como essa CFEM se transforma em despesa e como ela estimula atividades econômicas que não são predatórias com os biomas onde esses territórios estão colocados.</p>
Dani	<p>É muito importante que a CFEM sirva também para orientar um novo modelo econômico nos locais onde atuam as mineradoras.</p> <p>Giliad, qual é a atividade econômica que poderia se desenvolver e estar a serviço da população local, Giliad?</p>
Giliad	<p>Todo mundo tem ciência que é necessário estimular outras atividades econômicas e não adianta falar em diversificação econômica se você não promove essa reflexão. É soja que tem que ser? é boi? Ou seja, qual é a atividade econômica tem que ser estimulada? porque se você troca a mineração por outra atividade produtora de commodity, você efetivamente troca um problema por outro. Ou seja, existe uma perspectiva de estimular atividades</p>

	<p>econômicas que sejam e que convivam bem com os biomas locais. Então, eu acho que esse é um debate importante para a execução da Cfem.</p>
SOBE BG	
Grazi	<p>Existem alternativas e formas de tributar a mineração de maneira adequada. A Rachel, pesquisadora da Tax Justice Network, traz alguns exemplos:</p>
Rachel	<p>Precisamos ver uma mudança do local de tomada de decisões sobre tributação internacional, que saia da OCDE e vá o único fórum legítimo e democrático: as Nações Unidas.</p>
Dani	<p>A forte mobilização e pressão social já trouxe avanços importantes na transparência do setor da mineração:</p>
Rachel	<p>Isso inclui a divulgação dos beneficiários efetivos das empresas do setor de mineração, o que significa divulgar quem são as pessoas de carne e osso por trás das empresas que as controlam, bem como a abertura dos contratos e licenciamento mineral, uma vez que com a transparência se reduz os riscos de corrupção e a facilitação de contratos a amigos e familiares de presidentes e membros das elites políticas.</p> <p>Também vimos progressos nos relatórios país a país na União Européia e no Canadá, o que é importante porque muitas empresas de mineração que operam em todo o mundo estão sediadas nesses países.</p> <p>O relatório país por país é a obrigação das empresas em publicar em que país e quanto estão pagando em impostos e onde estão registrando seus lucros, o que é um bom indicador para as autoridades fiscais investigarem, se necessário, casos suspeitos de elisão e evasão fiscal.</p>
Grazi	<p>A transparência nos contratos de mineração é central para os direitos dos povos</p>
Rachel	<p>Isso é muito importante porque a opacidade gera corrupção e aumenta o risco de que os funcionários do governo ou os políticos envolvidos não assinem acordos em benefício de uma nação. Além disso, até por razões práticas, a autoridade fiscal ou os responsáveis por garantir os regulamentos ambientais precisam ter acesso a esses contratos.</p>
Dani	<p>Todas estas são questões internacionais. Mas também existem ações que os países podem adotar para prevenir os preços de transferência e arrecadar de forma justa os tributos do setor da mineração.</p>
Rachel	<p>Uma coisa que os países estão fazendo é olhar para os tratados fiscais que possuem com os paraísos fiscais. Zâmbia, Senegal e África do Sul interromperam ou renegociaram com as Ilhas Maurício por estarem</p>

	preocupados como o fato de que estavam sendo usados por multinacionais para evitar que contribuíssem com impostos nestes países.
Grazi	Outra medida fundamental é a revisão do incentivos fiscais concedidos ao setor da mineração.
Rachel	<p>Pesquisas mostram que entre os investidores o incentivo fiscal não é o fator determinante. Pode até adoçar o negócio para uma empresa, mas não afeta sua decisão de investir. Mas, por outro lado, isso realmente diminui a receita do governo. E para que a revisão dos incentivos funcione, é preciso colaboração regional.</p> <p>Isso reduziria a pressão dessa noção equivocada de competir por atrair investimentos para o setor de mineração porque, na realidade, os minerais são encontrados em lugares específicos e não é um investimento facilmente móvel, ao contrário de outros setores e indústrias.</p>
SOBE BG Fechamento	
Grazi	<p>A exploração de um recurso finito que pertence ao povo do país onde estão os minérios é o que deve orientar as regulações do setor, sejam elas ambientais, sociais, culturais, econômicas, tributárias.</p> <p>Por muitos anos, o poderoso setor da mineração, com suas grandes multinacionais, conseguiu aproveitar brechas para realizar diversos abusos fiscais, reduzindo o pagamento de tributos ao redor do mundo, especialmente nos países do sul global.</p> <p>Isso teve sérios impactos para as populações, ao reduzir a capacidade do Estado em financiar políticas públicas fundamentais para reduzir desigualdades e garantir direitos, como água potável, saneamento básico, saúde e educação.</p> <p>Os Estados podem reverter esse cenário adotando medidas de colaboração nos âmbitos internacional, regional, e também de forma soberana nacionalmente.</p>
SOBE BG	
Grazi	<p>O É da Sua Conta é coordenado por Naomi Fowler. A dublagem é de Cecília Figueiredo e a produção é de Daniela Stefano e minha, Grazielle David.</p> <p>Um abraço e até o próximo.</p>
Dani	<p>E o próximo será lançado na última quinta-feira deste mês março. Até lá!</p>